Sonhar Coletivo:

Experiências de Economia Solidária na Reinvenção da Vida



Foto @geracaopoa

LAPS ZINE

FIOCRUZ

Reforma Psiquiátrica & Direito à Cidade

Defender a saúde mental a partir da noção de cidadania, inclusão e liberdade é construir uma sociedade em que a diferença seja parte da riqueza da vida comum.

Em um passado não muito distante, pessoas com transtornos mentais eram isoladas da sociedade. Nos manicômios, ficavam longe da família, da cidade e da vida em comunidade. Sem liberdade, dignidade e outros direitos básicos, viviam em condições verdadeiramente cruéis.

Hoje, parece óbvio que isolamento social e desumanidade não são o melhor caminho para tratar quem vive com sofrimento psíquico. Mas, foi só entre as décadas de 1970 e 1980 que essa ideia ganhou força no Brasil.

Entre profundas transformações políticas e sociais no País, como o fim da Ditadura Militar, surge um movimento de trabalhadores da saúde, ativistas de direitos humanos, familiares e pacientes com histórico de internações psiquiátricas que denuncia a violência do modelo manicomial e propõe uma nova forma de promover a saúde mental.



Foto - Luiz Alfredo

*"**Ao recusarmos o papel de agentes da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeita os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso**"*, diz o Manifesto de Bauru, de 1987, que consolidou a estratégia da luta antimanicomial. *"**Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos, à saúde, à justiça e melhores condições de vida**".*

A luta antimanicomial defende que as pessoas com transtornos mentais tenham autonomia e liberdade, com acesso à moradia, ao trabalho, à cultura, ao lazer e aos serviços públicos. Que elas façam parte da cidade, da vida em sociedade: **que sejam cidadãs com plenos direitos antes de qualquer outra coisa.**

Esse movimento, somado a outras conquistas, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), abriu espaço para a Reforma Psiquiátrica, que se consolidou como política pública em 2001, com a aprovação de uma lei federal que garante os direitos das pessoas em sofrimento mental e prioriza o tratamento em liberdade, substituindo os manicômios por cuidados comunitários.

A Lei da Reforma Psiquiátrica (nº 10.216/2001) diz que é direito da pessoa com transtornos mentais ***"ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade".***

Para transformar intenção em ação, uma série de políticas e programas foram construídos em vários territórios até que, em 2011, o SUS instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que transforma regulamentação de serviço em regulação e articulação de rede, organizando os serviços de saúde mental no Brasil, como as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) e serviços de urgência e emergência, além de promover estratégias de reabilitação e reinserção social para pessoas com transtornos mentais ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas.



O primeiro CAPS foi criado em 1987, na capital paulista, e o primeiro centro habilitado nos moldes da nova política de atenção comunitária foi inaugurado em 1992.

Assim, os serviços que fazem parte da Reforma Psiquiátrica se aproximam da comunidade, com o intuito de possibilitar a seus usuários o direito à cidade: andar pelas ruas, desfrutar dos espaços públicos, participar da cultura, do lazer, da economia e da convivência em sociedade.

O direito à cidade, porém, só é pleno quando há também o direito ao trabalho, que proporciona, além de renda, pertencimento e autoestima. Nesse sentido, a economia solidária aparece como uma possibilidade de inclusão ao fugir da lógica competitiva do mercado e propor o trabalho coletivo, baseado na cooperação, na ajuda mútua e na divisão justa dos resultados.

Em muitos serviços de saúde mental, oficinas, associações e cooperativas sociais ajudam as pessoas a não serem definidas apenas por suas condições psíquicas. E, organizadas em redes, elas ganham ainda mais força, em um ciclo virtuoso de conquista de novos espaços de expressão e de existência.

Descubra, nas próximas páginas, como a saúde mental e o cooperativismo social se conectam – ***e como colocar em prática essas redes de economia solidária.***



Entrevista *Paulo Amarante*

Professor, pesquisador titular do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (LAPS-ENSP) e do CEE/Fiocruz. Especializou-se em psiquiatria e se tornou um dos pioneiros do movimento brasileiro de reforma psiquiátrica. Foi representante eleito do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial na Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde.

Segundo suas próprias palavras, a proposta da Reforma Psiquiátrica "é construir um novo lugar social para a loucura". Qual seria esse novo lugar social?

Para responder a essa pergunta, primeiro precisamos entender o lugar social da loucura nos dias de hoje. Philippe Pinel, reconhecido por muitos como Pai da Psiquiatria, em seu livro "Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental", traz o princípio científico da loucura como uma alienação mental. O alienado é aquele que não tem razão plena e capaz, aquele que perdeu o juízo, sendo incapaz de ter discernimento. A ideia de irracionalidade foi associada imediatamente à ideia da loucura e da alienação mental, como se as pessoas perdessem a humanidade, a capacidade de ser humano e a de se curar. Resumindo, a psiquiatria foi fundada nessa ideia de que a loucura é um distúrbio da razão e, por esse motivo, é associada à periculosidade e ao perigo, como um risco que a pessoa traz para si mesma e para a sociedade.

Quando falamos em mudar o lugar social da loucura, discordamos desses conceitos tradicionais da psiquiatria. Mesmo que uma pessoa perca o juízo, o discernimento em algum momento, nada garante que ela é permanentemente aquilo. É necessário mudar, teoricamente, politicamente e eticamente, o imaginário social das pessoas. Precisamos passar a não ver apenas o distúrbio em si, mas sim adotar uma visão mais ampla, na qual a pessoa é entendida em sua condição de sofrimento.

O que é preciso para romper com o modelo asilar e de violação de direitos sob o qual são submetidas pessoas em sofrimento psíquico?

Temos que romper essa ideia de que a loucura ou outros transtornos mentais são alterações permanentes ou incuráveis que retiram das pessoas a possibilidade da subjetividade, de relacionamento, da capacidade criativa e tudo mais. Esse é o primeiro passo.

O modelo manicomial operava diversas práticas de violações de direitos: as pessoas ficavam confinadas nessas instituições asilares, a maior parte das vezes contra sua vontade e de maneira violenta. Essas práticas foram constantemente denunciadas por nós.

É necessário lutar contra essa psiquiatria arcaica e valorizar outras possibilidades e iniciativas.

Trata-se de serviços que incluam as pessoas em suas comunidades e em suas bases territoriais, iniciativas nas quais elas são escutadas, acolhidas e participativas como sujeitos, humanos. A participação dos próprios sujeitos como coautores e coterapeutas dos outros. Foi-se constituindo uma série de recursos, dispositivos e redes que são fundamentais para que as pessoas não fiquem apenas entre fazer um tratamento no hospital ou no CAPS, mas sim participem de grupos de teatro, de música, blocos de carnaval, coletivos de artes plásticas, atividades de economia solidária e geração de renda, ou seja, outras formas de vida. Fundamentalmente, as pessoas têm que voltar a ter acesso à cidade e a ocupá-la, fazendo atividades que sejam do dia a dia, de um cotidiano.

Qual a importância de fortalecer a cidadania, a inclusão e a solidariedade como eixos de cuidado e de saúde mental?

Precisamos de uma lógica de construção de cidadania como direito à cidade. Promover a vida. Ter projetos que façam as pessoas se mover, se unir. Uma economia que constrói projetos coletivos, que envolvem as pessoas em processos de participação, de cooperação, de solidariedade, isso é fundamental.

É essencial que vejam isso em prática: as cooperativas, quaisquer que sejam, produzindo coisas úteis e bonitas, faz que as pessoas se sintam componentes de um coletivo. Uma Rede de Atenção, de serviços, de Dispositivos, tudo que se pode fazer para que as pessoas possam ter maior circulação, participação política, atividades na área de saúde, arte & cultura e tantas outras.

Despatologizar, desmedicar, despsiquiatrizar para construir um novo amanhã para vidas que são diversas, diferentes, e que são fundamentais inclusive para a complexidade e diversidade em uma sociedade.

Trabalho, economia solidária e autonomia

Entre o direito ao trabalho e a exclusão do mercado, a economia solidária surge como alternativa de cuidado e cidadania na saúde mental.

O trabalho é um direito social fundamental, reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 como essencial para a dignidade humana. Afinal, um ofício gera mais do que renda: traz autonomia, autoestima, propósito, realização e pertencimento – valores importantes para o bem-estar das pessoas, principalmente daquelas consideradas como sendo pessoas com transtornos mentais.

Nesse sentido, as iniciativas no campo da saúde mental devem vir acompanhadas de políticas públicas que, além de conferir direitos sociais e políticos, promovam trabalho e renda, favorecendo a inclusão social e diminuindo desigualdades.

Por outro lado, o mercado de trabalho pode ser um espaço hostil, até injusto, quando empresas priorizam o lucro às custas de quem se dedica ao serviço. Uma triste (e comum) realidade – reflexo do capitalismo, sistema econômico vigente que privilegia uma lógica produtivista, competitiva, acumuladora e individualista – que dificulta a existência de um ambiente de trabalho que acolha a experiência individual do sofrimento psíquico, o uso problemático de álcool e drogas, e a possibilidade de desenvolver a capacidade produtiva dessa parcela da população.

Na contramão da lógica competitiva do mercado tradicional, a economia solidária é uma vertente que propõe uma forma de trabalho baseada na cooperação e na divisão justa do que é produzido. Como uma ferramenta de inclusão, de geração de renda e de reconstrução de identidades, a economia solidária rompe com a visão de que só tem valor aquilo que tem preço, e defende que o cuidado, a cultura, a convivência, a criação, o aprendizado e o respeito ao meio ambiente têm valor social.

Valor social *é a importância de uma atividade ou ação que contribui para o bem-estar das pessoas, promove inclusão, fortalece relações e melhora a vida em comunidade, para além do ganho financeiro.*

Paul Singer



O economista e professor **Paul Singer** definiu a economia solidária como *"**uma resposta organizada à exclusão do mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição**"*. Uma resposta que cria formas de produzir, trocar e consumir sem exploração e sem exclusão.

Alguns exemplos de iniciativas de economia solidária incluem:

- **Cooperativas sociais:** *pessoas trabalham juntas e dividem os ganhos de forma justa.*
- **Associações:** *grupos organizados que produzem e vendem bens, como artesanato ou alimentos, coletivamente.*
- **Oficinas de costura, culinária ou reciclagem e outros:** *trabalho realizado em grupo para gerar renda.*
- **Hortas comunitárias:** *plantio coletivo para consumo ou venda.*
- **Bancos comunitários:** *apoio financeiro local para ajudar pequenos negócios.*

O trabalho com valor social e a economia solidária se conectam diretamente aos princípios da Reforma Psiquiátrica, que busca cuidado em liberdade e protagonismo das pessoas com sofrimento mental.

Para as pessoas consideradas em sofrimento mental, esse é um caminho para a autonomia e cidadania, incentivado pelos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que promovem oficinas, projetos culturais, grupos de produção, associações e cooperativas sociais, experiências que mostram a capacidade dos usuários de criar, produzir e se organizar coletivamente. Para além dos serviços, algumas experiências acontecem em articulação com recursos do território e em parceria com as comunidades e suas tradições.

Essas práticas, dentro da relação entre saúde mental e trabalho, transformam identidades. As pessoas deixam de ser definidas apenas pelo sofrimento psíquico e passam a ser reconhecidas por aquilo que fazem e produzem.

O Brasil possui uma base legal importante que sustenta tais ações, como a Constituição Federal, a Lei do SUS, a Lei da Reforma Psiquiátrica e as normas que criaram a Rede de Atenção Psicossocial e seus pontos de articulação, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) e os Centros de Convivência e Cultura.

Em 2024, a criação da Política Nacional de Economia Solidária, através da sanção da Lei Paul Singer, representou um avanço histórico ao transformar a economia solidária em política de Estado e criar o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), com intuito de fomentar o trabalho associado e cooperativado. Isso fortalece a luta por trabalho digno, inclusão social e cuidado em liberdade.



Projeto Tear

A Política Nacional de Economia Solidária tem como objetivos:

- *Fortalecer e estimular o associativismo e o cooperativismo, que caracterizam os empreendimentos de economia solidária;*
- *Contribuir para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e a promoção da justiça social;*
- *Promover o acesso da economia solidária aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, ao mercado, ao conhecimento e às tecnologias sociais necessários ao seu desenvolvimento; e*
- *Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, de modo a impulsionar práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo e solidário.*

Ao criar espaços de produção coletiva, participação social e reconhecimento das capacidades individuais, essas iniciativas ajudam a concretizar uma visão de cuidado que vai além do tratamento clínico, fortalecendo vínculos comunitários, promovendo cidadania e afirmando o direito de viver na cidade de forma plena e inclusiva.





Entrevista
Ana Paula Guljor

Psiquiatra. Doutora em Saúde Pública - Fiocruz. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS) da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ-RJ. Coordenadora do curso de especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial ENSP/FIOCRUZ. Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental. Conselheira Titular do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) onde coordena a comissão de políticas de saúde mental e drogas.

O que é economia solidária e como ela contribui para a promoção da saúde mental da população?

A economia solidária é um conceito desenvolvido pelo economista Paul Singer que trata da geração de renda a partir de um sistema de produção que rompe com a lógica do produtivismo e da exploração do trabalho por quem detém o capital.

A lógica capitalista exige a produtividade como principal característica, desconsiderando as diferenças individuais. Ao estimular a competição, gera uma disputa entre pares que afeta diretamente o bem-estar psíquico, marcado pela instabilidade da garantia de renda. A manutenção no emprego muitas vezes se deve a submissão às exigências patronais. O grande número de desempregados mantém essa engrenagem funcionando, dado a imensa quantidade de outras pessoas que também buscam oportunidade de fugir do ciclo de desemprego e miséria.

Numa sociedade que valoriza as pessoas pelos bens, a consequência é um cada um por si desenfreado.

As identidades e tradições como valor são destituídos de importância, com desvalorização dos saberes e dos modos de viver. O sentimento de incapacidade, impotência e incerteza são geradores de angústia.

A economia solidária segue na contramão dessa lógica, ao valorizar o coletivo, o respeito das diferenças e a construção participativa. Substituir o competir pelo solidarizar e pelo fazer conjunto, estimulando o apoio mútuo para reduzir os sentimentos de desamparo, solidão e angústia.

Qual a importância do valor social do trabalho para a inclusão de pessoas usuárias das RAPS?

Ao se falar de atenção psicossocial e cuidado em liberdade, o eixo orientador é o cuidar das pessoas e não só da doença. Nas Redes de Atenção Psicossocial, pessoas em sofrimento mental recebem assistência multiprofissional, mas não restrita ao tratamento de seus quadros clínicos. Há de se pensar em redes e necessidades como trabalho, moradia, lazer, educação. A construção de projetos terapêuticos significa a construção de projetos de vida.

O trabalho, como elemento de afirmação de potência, visto seu valor em nossa sociedade, se configura como um elemento fundamental no cuidado em saúde mental. O reconhecimento dos sujeitos, por meio de suas produções diversas – arte, cultura ou economia criativa –, tem o potencial de desconstruir estigmas e promover a valorização desses indivíduos.

Como as redes promovem o acesso ao trabalho, à economia solidária e à autonomia?

Desde a década de 90, a partir da experiência da rede de núcleos de atenção psicossocial em Santos, ações voltadas a geração de renda têm sido desenvolvidas com usuários das redes de saúde mental. A cooperativa Paratodos contemplou ações de produção artesanal, sendo uma experiência pioneira no Brasil.

Desde então, surgiram diversos exemplos, embora a grande maioria ainda opere de maneira informal, sem registro de CNPJ. Essas iniciativas variam de oficinas desenvolvidas dentro do CAPS a outras atividades de economia solidária paralelas, realizadas tanto no serviço quanto nos territórios onde estão inseridas. É importante destacar que a economia solidária em saúde mental é um eixo constituinte do cuidado, mas voltado para as comunidades e territórios. A economia solidária é a força motriz da RAPS, impulsionando os voos dos usuários para o mundo.

A autogestão, a solidariedade, a inclusão, a valorização do potencial de seres humanos estigmatizados: esse é o potencial que as redes solidárias têm de promover autonomia e acesso.





Cooperativismo Social & Políticas Públicas

História, legislação e desafios da inclusão social pelo trabalho no Brasil

O cooperativismo social *é uma forma de organização econômica que promove a inclusão social e o desenvolvimento humano, especialmente de quem está em situação de vulnerabilidade, através do trabalho coletivo.*



Franco Basaglia

As cooperativas sociais surgiram da experiência de transformação antimanicomial liderada por **Franco Basaglia** em Trieste, na Itália, no início da década de 1970, ganhando força com o crescimento do **Movimento Psiquiatria Democrática, em 1973, e com a Lei da Reforma Psiquiátrica de 1978.**

No Brasil, **o cooperativismo social começou a ser discutido nos anos 1980**, junto com a luta antimanicomial, quando movimentos sociais, trabalhadores da saúde e usuários, inspirados no modelo italiano, começaram a defender a autonomia, o cuidado em liberdade e a geração de trabalho e renda para pessoas com transtornos mentais.

Em 1999, foi aprovada a Lei das Cooperativas Sociais (9.867/99) que, apesar de não ter sido regulamentada até hoje, diz que *"as Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos".*

Três fatos sobre as Cooperativas Sociais no Brasil:

[1] A lei considera "pessoas em desvantagem" aquelas com deficiências físicas, psíquicas e sensoriais; ex-pacientes de hospitais psiquiátricos; pessoas em tratamento psiquiátrico; quem faz uso abusivo de álcool e outras drogas; jovens em idade adequada ao trabalho e em situação de vulnerabilidade familiar; pessoas inseridas no sistema prisional e quem vive em situação de rua e/ou de extrema pobreza.

[2] As Cooperativas Sociais têm atuação ampla e podem desenvolver atividades diversas, sejam agrícolas, industriais, comerciais ou de serviços, além da gestão de serviços sócio-sanitários e educativos.

[3] Sua composição é mista, sendo formada não apenas por pessoas em situação de desvantagem, mas também por sócios voluntários que prestem serviços gratuitamente.

Além da Lei das Cooperativas Sociais, outras iniciativas importantes para conectar saúde mental e trabalho incluem a Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001) e a Lei da Economia Solidária (15.068/2024); conferências, seminários e encontros nacionais de saúde mental e de economia solidária; oficinas e grupos de trabalho interministeriais, além do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP Social), criado em 2013 para "planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais", e o Marco Conceitual e Política de Assessoramento Técnico em Associativismo e Cooperativismo Social, que orientava as políticas públicas alinhadas ao PRONACOOP Social – que, lamentavelmente, foi extinto em 2019.



Associativismo x cooperativismo social

Enquanto o associativismo organiza pessoas para defender interesses comuns, sem fins lucrativos, o cooperativismo social organiza pessoas para trabalhar coletivamente, gerar renda e promover inclusão social.

Apesar das leis, experiências e movimentos sociais que fortalecem uma política nacional voltada ao cooperativismo social no Brasil, há muitos desafios a serem enfrentados, ***como a falta de regulamentação da Lei das Cooperativas Sociais, a falta de financiamento e apoio para a formação e gestão dessas iniciativas e a baixa participação de usuários de serviços de saúde mental nas decisões do Estado que dizem respeito a suas vidas.***

O cooperativismo social é uma construção de décadas, que mostra que trabalho, cuidado e direitos caminham juntos. **Mas, para avançar, o Brasil precisa transformar essa história em política pública permanente, com participação social, recursos e compromisso com a inclusão.**



Entrevista *Leonardo Pinho*

Vice Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e Consultor Ad Hoc da Comissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Presidente da Central de Cooperativas Unisol Brasil (2015 - 2023), Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (2019/2020 e 2022/23), Presidente da Abrasme (2020/22) e Diretor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023).

O que é cooperativismo social e como ele pode fortalecer o exercício da cidadania das pessoas atendidas pela RAPS?

Para compreender o cooperativismo social, é importante diferenciá-lo do cooperativismo tradicional. Enquanto o cooperativismo clássico prioriza a otimização econômica, o cooperativismo social nasce com o propósito de enfrentar problemas sociais e promover a inclusão de pessoas vulnerabilizadas. Ele coloca o ser humano no centro, buscando gerar trabalho, renda, integração social e autonomia para indivíduos frequentemente excluídos do mercado de trabalho e da sociedade.

Trata-se de um modelo de organização econômica e social baseado em solidariedade, autogestão e democracia, voltado à inclusão produtiva e social de pessoas usuárias de álcool e drogas, egressos do sistema prisional, pessoas com transtornos mentais, entre outros grupos. No âmbito da RAPS, integra o Eixo 7 – Reabilitação Psicossocial.

As pessoas atendidas pela RAPS enfrentam estigma, exclusão social e grandes dificuldades de inserção no mundo do trabalho. O cooperativismo social atua como uma ponte ao promover autonomia e protagonismo, geração de trabalho e renda digna, reintegração social, desenvolvimento de habilidades e o exercício da democracia, por meio da participação nas decisões e na gestão coletiva.

Assim, o cooperativismo social não é apenas uma forma de trabalho, mas uma ferramenta de reabilitação psicossocial, empoderamento e reconstrução da cidadania.

Apesar de aprovada em 1999, a Lei das Cooperativas Sociais (9.867/1999) ainda não possui regulamentação. Há iniciativas ou políticas públicas de apoio e fomento ao cooperativismo social?

Essa é uma das grandes contradições e um dos maiores desafios para o desenvolvimento do cooperativismo social no Brasil. Trata-se de uma lacuna legislativa significativa. A Lei 9.867/1999 foi um marco ao reconhecer a especificidade do cooperativismo social, voltado à integração social e profissional de pessoas em desvantagem e à produção de serviços de interesse geral. No entanto, a ausência de regulamentação mantém aspectos cruciais nebulosos, como a definição de "situação de desvantagem", os regimes tributários e a relação com o poder público na contratação de serviços sociais, gerando insegurança jurídica e dificultando a expansão e o reconhecimento formal dessas iniciativas.

Apesar disso, nem tudo está parado. Mesmo sem regulamentação específica, existem políticas públicas que, de forma indireta ou transversal, apoiam o cooperativismo social, geralmente inserido no campo mais amplo da Economia Solidária. Iniciativas da antiga SENAES, programas de incubação, capacitação e editais de fomento têm beneficiado cooperativas sociais. Universidades, centros de pesquisa e ONGs também desenvolvem projetos de formação e assessoria técnica.

Além disso, leis estaduais e municipais, políticas de compras governamentais e articulações interministeriais, como ações do SENAD, demonstram um reconhecimento da importância do cooperativismo social. Ainda assim, a ausência de regulamentação da Lei de 1999 permanece um gargalo que limita sua escala e potencial transformador no Brasil.

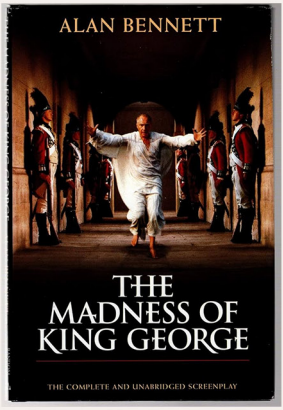
Quais são os principais desafios para a efetivação do Cooperativismo Social na perspectiva da Economia Solidária no Brasil?

Os desafios para a efetivação do cooperativismo social são múltiplos e interligados, envolvendo aspectos legais, econômicos, culturais e de gestão. O mais estrutural é o vácuo legal da Lei 9.867/1999, cuja falta de regulamentação gera insegurança jurídica, dificulta a formalização e impede que as cooperativas sociais explorem plenamente seu potencial, sem clareza fiscal, contratual e de relação com o Estado. Soma-se a isso o desafio da inclusão do cooperativismo social na nova Lei Paul Singer e a necessidade de retomar o PRONACOOP Social.

O acesso a financiamento e crédito permanece limitado, pois bancos tradicionais não estão preparados para modelos que priorizam impacto social, e as linhas de fomento existentes são insuficientes ou burocráticas. Há também grandes demandas por capacitação e formação em gestão, finanças e marketing, fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários. O acesso a mercados, a ampliação de escala e o fortalecimento do poder de mercado seguem como desafios, assim como políticas públicas fragmentadas e descontinuadas.

Internamente, a autogestão e a governança exigem esforço constante, somadas ao estigma e preconceito enfrentados por cooperativas formadas por pessoas em situação de vulnerabilidade. Em síntese, a efetivação do cooperativismo social exige compromisso político, regulamentação da Lei de 1999, políticas integradas de longo prazo, acesso a crédito, capacitação e valorização da solidariedade e da inclusão.

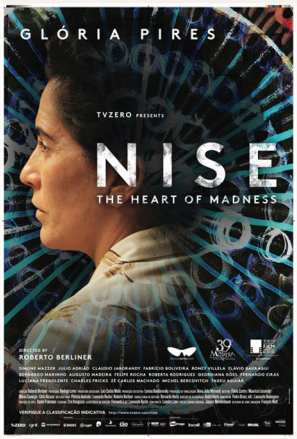
“LAPS INDICA”



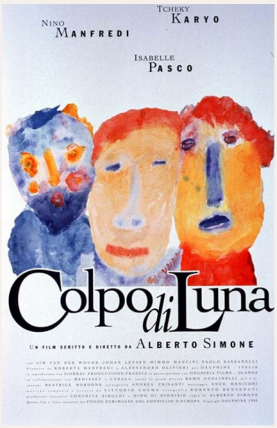
As Loucuras do Rei George
(Filme)



Tempos modernos
(Filme)



Nise, o coração da loucura
(Filme)

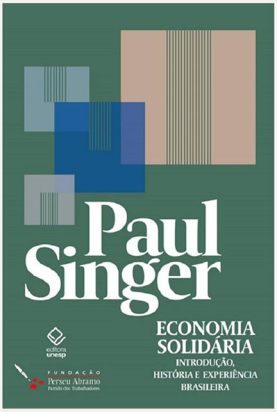


Uma janela para a lua
(Filme)

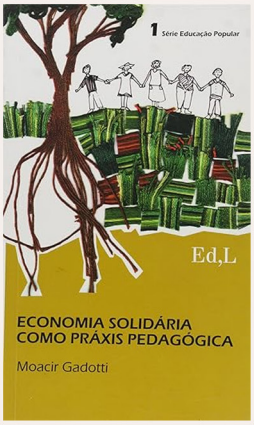
“LAPS INDICA”



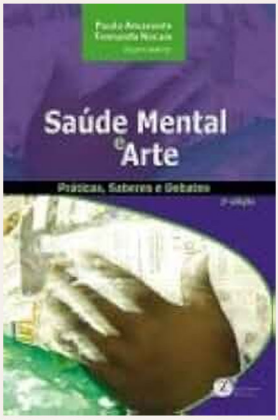
Se pode fazer
(Filme)



Economia solidária: Introdução, história e experiência brasileira
(Livro)



Economia Solidária Como Práxis Pedagógica - Volume 1
(Livro)



Saúde Mental e Arte:
Práticas, Saberes e Debates
(Livro)

Redes Solidárias

Coletividade, diversidade e cuidado como caminho para a transformação pelo trabalho.



Uma rede é um entrelaço. Tecida no encontro dos fios, vai formando nós que, unidos, fortalecem uma trama construída com trabalho, atenção e cuidado.

Não à toa, a palavra rede, de significado potente, é usada para descrever grupos de pessoas, associações e cooperativas que se unem para ganhar força social, reivindicar direitos, conquistar espaços de expressão e existência nas cidades e realizar atividades de formação e de comercialização.

As redes solidárias são estratégias de organização social para a criação de novas práticas econômicas, em que a coletividade se manifesta tanto nas dinâmicas internas como nos impactos que resultam delas. Além disso, propõem um novo jeito de produzir e consumir: em vez de explorar o trabalho e concentrar riqueza, buscam distribuir renda, gerar trabalho digno e fortalecer a economia local. Produzir em rede é pensar em toda a cadeia, desde quem produz até quem consome.

No campo da economia solidária, as redes ajudam a organizar a produção, a venda, as trocas e o aprendizado, permitindo que empreendimentos sociais encontrem soluções coletivas. Trabalhar em rede significa reduzir custos, ampliar mercados e melhorar a qualidade dos produtos. Mais do que isso, fortalece os laços humanos e o sentimento de pertencimento.

"A progressiva e complexa integração dessas diversas redes, colaborando solidariamente entre si, colocou no horizonte de nossas possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia e da cultura",

defende o filósofo Euclides Mance, autor de vários livros sobre o tema.



A Política Nacional de Economia Solidária, criada em 2024, reconhece as redes solidárias como forma legítima e importante de organização do trabalho, da produção, do consumo e da vida econômica do país.

Assim, a construção de redes solidárias se tornou uma estratégia central para fortalecer cooperativas, associações e projetos de trabalho coletivo pelo Brasil, além de permear políticas públicas de saúde e de assistência social, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que trabalham com a ideia de rede para garantir cuidado integral às pessoas.

Um exemplo é a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, criada em São Paulo, em 2008, a partir da união de dezenas de oficinas e projetos de arte, cultura e trabalho ligados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que conecta milhares de pessoas de várias cidades do estado não pelo sofrimento e estigma, mas pela criatividade e produção de valor social.

A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária busca:

- *Organizar uma diversidade de projetos em um movimento orgânico com potencial transformador;*
- *Encontrar saídas coletivas desses projetos por trabalho e renda e pela afirmação e fortalecimento de suas singularidades;*
- *Negar as estruturas de exploração do trabalho e de dominação política e cultural; e*
- *Criar novas formas de produzir e consumir, afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada projeto.*

A rede solidária funciona como um espaço aberto de encontro, troca e aprendizado, onde cada iniciativa tem sua história, sua forma de organização e seu tempo de desenvolvimento. Algumas já conseguem gerar renda de forma mais estável, enquanto outras ainda estão dando os primeiros passos. É preciso respeitar os diferentes ritmos e compreender que cada experiência tem seu valor, por isso, a força das redes está na cooperação, na paciência e no compromisso com o coletivo.

Outro exemplo é a criação da Unicopas, em 2014, que uniu diferentes centrais de cooperativas solidárias do Brasil. Essa articulação mostrou que é possível construir unidade sem apagar as diferenças. Cooperativas do campo, da cidade, da reciclagem, da agricultura familiar e de outros setores passaram a atuar juntas. Milhares de associações e centenas de milhares de trabalhadores se fortaleceram com essa união, mostrando que a diversidade não divide quando existe diálogo e respeito. Pelo contrário: quanto mais diversa, mais criativa e mais potente é a rede.

Na introdução do livro "Redes Solidárias", o vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental, Leonardo Pinho, defende que, na estratégia em rede, "As diferenças e singularidades não são problemas ou obstáculos, mas, sim, enriquecem novas sociabilidades e práticas econômicas e sociais. Nossas divergências são fermento para a produção de unidade na diversidade.".

Iniciativas em rede para você conhecer:



Louca Sabedoria

É uma livraria localizada no bairro do Butantã, em São Paulo (SP), e funciona como um projeto coletivo que une cultura e trabalho, oferecendo oportunidades de inclusão social e geração de renda para pessoas ligadas à Rede de Saúde Mental.



GerAção/POA - Oficina Saúde e Trabalho

É um serviço público de Porto Alegre (RS) que apoia pessoas na retomada de atividades de trabalho, desenvolvendo ações de saúde, educação e inclusão para promover geração de renda por meio da economia solidária e também do mercado formal. Confira, nas próximas páginas, uma entrevista com representantes do projeto.



Projeto Tear

É um serviço da Rede de Atenção Psicossocial que promove a inclusão social, trabalho e cultura na cidade de Guarulhos (SP). Utiliza atividades artesanais, como costura e tecelagem, e a venda dos produtos ajuda a sustentar o projeto e gerar renda para os participantes.



Rede Gerar

É um projeto de economia solidária e saúde mental em Salvador (BA), ligado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que promove a inclusão social e autonomia por meio de trabalho, arte e autogestão, além de acolher reuniões da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental (AMEA).

Experiências desenvolvidas a partir da parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental e Psiquiatria Social da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) evidenciam como a articulação entre saúde mental e economia solidária fortalece redes locais. No Mato Grosso do Sul, a Rede Arte e Vida na Fronteira consolidou oficinas terapêuticas de artesanato e hortoterapia no CAPS AD III de Ponta Porã, integrando cuidado psicossocial e geração de trabalho e renda. Em Dourados, o projeto Tecendo Vidas fortaleceu oficinas de pintura, costura e artesanato, entre outras, nos CAPS AD, CAPS II e CAPS IJ, impulsionando a organização de um coletivo produtivo. Essas iniciativas possibilitaram a criação de redes solidárias nos dois municípios e a participação no edital de Economia Solidária em Saúde Mental do Ministério da Saúde, com um projeto contemplado e outro bem classificado.



Mosaico feito no Projeto Tear

As redes solidárias se baseiam em valores éticos, políticos e humanos. Éticos porque defendem o respeito, o cuidado, a solidariedade e a dignidade de todas as pessoas. Políticos porque lutam por direitos, por reconhecimento e por transformação social. Humanos porque colocam a vida no centro, e não o lucro. Elas mostram que outro modo de trabalhar, produzir, cuidar e viver é possível quando escolhemos caminhar juntos.

Afinal, quando o trabalho, o cuidado e a vida são tecidos em conjunto, a rede deixa de ser apenas metáfora e passa a ser prática cotidiana de transformação.


Adriane da Silva


Katia Barfknecht

Entrevista *GerAção POA*

Conversamos com Adriane da Silva e Katia Barfknecht, mulheres que fazem parte da construção da GerAção/POA, visando entender mais sobre a história do serviço e as aplicações práticas dos conceitos de economia solidária.

O que é a GerAção/POA – Oficina Saúde e Trabalho e como funciona no dia a dia?

A GerAção/POA é uma oficina de saúde e trabalho que se propõe a trabalhar com geração de renda junto a usuários da saúde mental da cidade de Porto Alegre.

Desde sua criação em 1996, a GerAção estabeleceu três pré-requisitos que seguem até hoje: o desejo da pessoa de iniciar ou retornar a uma atividade de trabalho; a possibilidade, ou a construção dessa possibilidade, das pessoas circularem e ocuparem a cidade; e a continuidade do acompanhamento em algum serviço da rede de saúde mental do SUS. O trabalho não acontece no mesmo espaço do tratamento ou da moradia, justamente para garantir que o lugar do trabalho seja um outro lugar, que coloque a pessoa na posição de trabalhador.

No cotidiano, a GerAção/POA funciona como um espaço coletivo de trabalho, convivência e aprendizado, onde usuários participam das oficinas, da organização do trabalho e da gestão. A partir de 1999, a entidade se reconhece como um empreendimento da economia solidária, passando a integrar o Fórum de Economia Solidária de Porto Alegre, frequentar feiras, reuniões e espaços que não são da saúde mental, mas do trabalho. Esse movimento é fundamental, pois a GerAção/POA não traz a economia solidária para dentro da saúde mental, ela se insere na economia solidária da cidade, fortalecendo a inclusão social, a autonomia e o pertencimento.

Para quem o serviço é destinado e como as pessoas podem participar?

O serviço é destinado a pessoas em sofrimento psíquico, acompanhadas pela rede de saúde mental do município. A entrada acontece geralmente por encaminhamento dos CAPS e de outros serviços da rede. A participação é voluntária, e cada pessoa vai se envolvendo conforme se sente à vontade, podendo experimentar as atividades e construir seu percurso dentro da oficina.

Que tipos de atividades de trabalho ou geração de renda são desenvolvidas?

Na GerAção/POA são desenvolvidas diferentes atividades de produção, sempre pensadas coletivamente. Entre elas estão trabalhos manuais, confecção de produtos artesanais e outras ações que possibilitam aprendizado, organização do trabalho e geração de renda. Mais do que o produto final, o processo é valorizado: aprender a trabalhar em grupo, combinar tarefas, lidar com prazos e dividir responsabilidades.

Você poderia compartilhar uma história que represente bem o trabalho da GerAção/POA?

Histórias que representam muito bem o nosso trabalho são as de pessoas que reconstroem seus projetos de vida a partir da oficina. Um exemplo é o do Dirceu, um integrante que iniciou conosco e foi construindo seu projeto de trabalho singular pela via do movimento social e do controle social. A partir da participação na oficina, passou a integrar conselhos de saúde, ajudou a fundar o conselho local de saúde da GerAção/POA e seguiu atuando no Conselho Municipal de Saúde, especialmente na comissão de saúde mental.

Esse percurso mostra que o trabalho na entidade não se limita à geração de renda, mas amplia as possibilidades de atuação no mundo. Hoje Dirceu também é estudante universitário, mostrando como a oficina pode ser um ponto de partida para a construção de diferentes identidades.

Essas histórias revelam que esse tipo de movimento não produz apenas renda, mas autonomia, circulação, participação social e exercício de cidadania, sempre apoiada pela rede de saúde mental e pela economia solidária.

Nada sobre nós sem nós

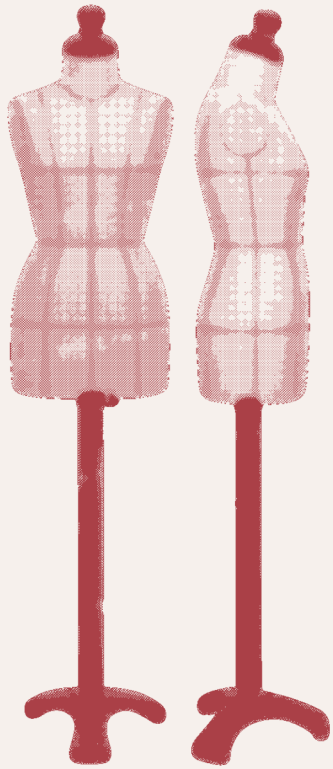
Um guia prático para criar iniciativas em rede



A luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica mostram que pessoas com transtornos mentais têm o direito de participar ativamente da sociedade e da vida na cidade. Nesse caminho, iniciativas de economia solidária, cooperativismo social e associativismo criam oportunidades de trabalho, renda e autonomia, conectando projetos, oficinas e empreendimentos por meio de redes solidárias.

Nas Redes de Apoio Psicossocial (RAPS) existem exemplos de como iniciativas coletivas podem criar um horizonte de futuro que leve em conta a inserção social e a geração de trabalho e renda, através do fomento a projetos de arte, cultura, esporte, convivência e economia solidária, que são criados e geridos pelas pessoas que usam seus serviços.

As RAPS abrigam muitas oficinas (de artesanato, culinária, costura, agricultura, cultura, comunicação e serviços, por exemplo) que funcionam como espaços importantes de cuidado, aprendizado e geração de renda – e que, quando se associam, ganham força e representatividade. Em associação, as oficinas podem operar em conjunto, participar de feiras e eventos, buscar parcerias, acessar editais e dialogar com outras políticas públicas. A associação dá mais visibilidade, mais força e mais proteção aos empreendimentos sociais.



É importante deixar claro que as oficinas não são do serviço de saúde. Elas podem nascer dentro da RAPS e contar com apoio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs), Centros de Convivência e outros serviços, mas quem produz, quem vende e quem decide são os próprios participantes – em um modelo chamado autogestão. O serviço público apoia, acompanha e fortalece, mas não é dono do trabalho nem do dinheiro gerado através dele.

Quando a saúde mental se conecta com outros espaços, o trabalho ganha sentido social e político, e o cuidado se amplia. Por isso, as oficinas e as associações não devem ficar restritas apenas à RAPS, ou seja, precisam se conectar com a cidade e com outros setores da sociedade. Isso significa sair dos muros do serviço de saúde e ocupar feiras, praças, escolas, universidades, centros culturais, eventos comunitários e espaços públicos, dialogando com a cultura, o trabalho, a educação, a assistência social e a economia solidária.



As associações podem buscar apoio em:

- *Centrais de cooperativas e empreendimentos solidários;*
- *Incubadoras públicas e/ou universitárias de iniciativas populares;*
- *Programas de secretarias municipais e estaduais do trabalho e do Ministério do Trabalho;*
- *Instituições do Sistema S - SEBRAE, SENAI, SENAC, SESCOOP;*
- *Fóruns de economia solidária;*
- *Organizações não governamentais e associações de apoio ao empreendedorismo e economia solidária;*
- *Instituições de saúde mental;*
- *Conselhos profissionais; e*
- *Programas de responsabilidade social empresarial, entre outros.*

O funcionamento das oficinas associadas é coletivo. Isso significa que as decisões devem ser tomadas em reuniões e assembleias, onde todas as pessoas possam falar, ouvir e opinar e, em consenso, definir o que e como produzir, onde vender, como dividir os ganhos e como investir no futuro do grupo.



Vale dizer que o dinheiro arrecadado com a venda de produtos ou serviços não é lucro individual. Primeiro, ele serve para pagar os custos do trabalho, como materiais, insumos, equipamentos e transporte. Depois disso, o grupo decide coletivamente o que fazer com o que sobra. Parte pode ser dividida entre os participantes como bolsa-oficina ou bolsa-projeto, e parte pode ser guardada para investir na própria oficina ou na associação. Não existe uma única forma de divisão. O mais importante é que tudo seja combinado, explicado e registrado de forma clara, para que todos entendam e confiem no processo.

Participar de oficinas e de associações de economia solidária não tira benefícios sociais. A bolsa-oficina não é salário e não cria vínculo empregatício com o serviço de saúde: é um apoio pelo aprendizado e pela participação no trabalho coletivo. Da mesma forma, criar e participar de uma associação não prejudica o recebimento de benefícios sociais ou previdenciários. Existem muitas associações de saúde mental e economia solidária no Brasil que funcionam assim, com segurança jurídica e transparência.

A associação também é um instrumento político, que permite que os grupos participem de conselhos, conferências, fóruns e espaços de decisão e que usuários sejam reconhecidos como trabalhadores, produtores e cidadãos, e não apenas como pacientes. Por isso, a associação é um passo importante na construção de uma sociedade mais justa.

A seguir, aprenda o passo a passo para organizar uma associação e fortalecer uma rede que proporciona autonomia, dignidade e cidadania para as pessoas que fazem parte dela:

[1] O primeiro passo é reunir pessoas de diferentes oficinas e projetos, encontrar pontos de convergência e compartilhar planos de futuro.

[2] É importante definir quem participa da associação, quem são os associados e quem são os apoiadores, além de combinar formas simples de organização e de tomada de decisão.

[3] O conjunto de objetivos e funções da associação, assim como as pessoas que fazem parte, devem estar descritos no estatuto, um documento simples que define o funcionamento da organização.

[4] Depois, é hora de realizar uma assembleia de fundação. Nessa reunião, o estatuto é aprovado, a primeira coordenação é escolhida e tudo é registrado em ata.

[5] O quinto passo é registrar a associação em cartório, quando o grupo julgar necessário. Com isso, a associação passa a existir oficialmente, ganha um CNPJ e pode acessar novas oportunidades.

[6] A partir daí, o trabalho efetivo começa: produzir, comercializar, participar de feiras, redes, e espaços públicos. Quanto mais a associação se conecta, mais forte ela fica.

Em todos esses passos, é essencial lembrar:

Nada sobre nós sem nós. A associação só faz sentido se for construída com a participação real dos usuários. Trabalhar em rede é unir forças. Associar-se é construir autonomia. Cooperar é construir futuro.

Créditos

Este é um produto do projeto "Ações de mapeamento e fomento de projetos de estratégias culturais e atividades de geração de trabalho e renda" desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/LAPS, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS).

Editoria LAPS

- *Ana Paula Guljor*
- *Leonardo Pinho*
- *Paulo Amarante*
- *Wenderson Gasparoto*

Editora K

- *Adriana Coelho*
- *Pedro Klein*
- *Thais Ritli*
- *Yago Rosa*

Entrevistas

- *Ana Paula Guljor*
- *Adriane da Silva*
- *Leonardo Pinho*
- *Katia Barfknecht*
- *Paulo Amarante*

Menções Honrosas

Antonio Lancetti, David Capistrano, Ivete Braga, Fabio Belonni, Franco Rotelli, Paul Singer e Sergio Mamberti.

Produzido por Editora K.
comercial@editorak.com

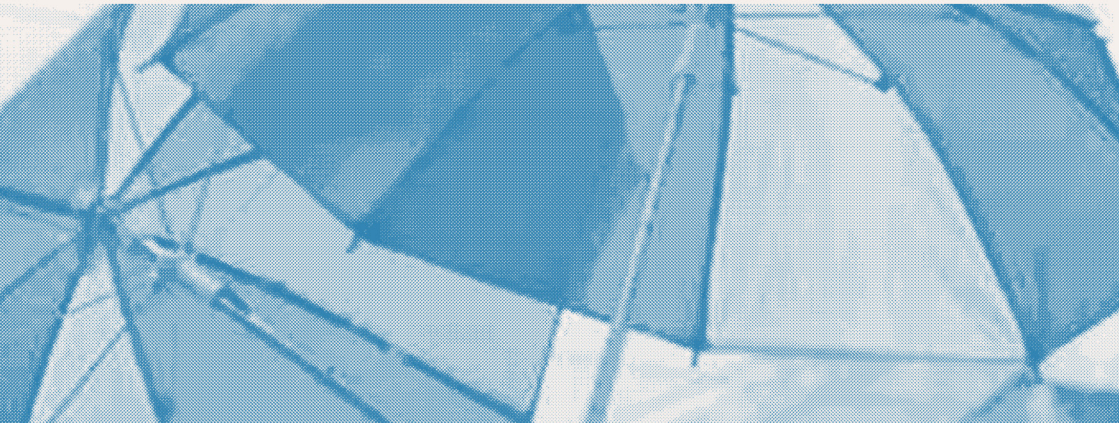
SES Secretaria de Estado de Saúde

GOVERNO DE Mato Grosso do Sul

LAPS

FIOCRUZ

Editora K



Encerramos este Fanzine com a certeza de que o associativismo e o cooperativismo social constituem pilares fundamentais para a organização coletiva e para a construção de trajetórias concretas de autonomia, emancipação e justiça social no Brasil. Ao longo de suas páginas, esta publicação propõe um mergulho crítico e propositivo nas experiências brasileiras, evidenciando desafios históricos e, sobretudo, afirmando caminhos possíveis e transformadores.

Para usuários e familiares da saúde mental, assim como para populações historicamente vulnerabilizadas, o associativismo e o cooperativismo social se afirmam como estratégias concretas de garantia de direitos, ultrapassando o plano conceitual para se materializar como prática cotidiana de pertencimento, participação social e efetivação do direito à cidade. São dispositivos potentes de fortalecimento coletivo, capazes de promover inclusão social, produção de renda, reconhecimento e dignidade.

A publicação da LAPS/Fiocruz se insere de forma estratégica em um contexto marcado por avanços estruturais relevantes. A consolidação da economia solidária como política de Estado representa uma conquista histórica dos movimentos sociais, dos empreendimentos solidários e das redes de apoio construídas ao longo de décadas. A aprovação da Lei Paul Singer, que institui o Sistema e a Política Nacional de Economia Solidária, materializa esse acúmulo coletivo ao estabelecer um marco legal robusto, capaz de sustentar e expandir experiências baseadas na cooperação, na autogestão e na solidariedade.

Nesse novo cenário institucional, o cooperativismo e o associativismo social são reafirmados como dispositivos estratégicos para a efetiva implementação da economia solidária no país. É hora de retomar o PRONACOOP SOCIAL e garantir o financiamento permanente do eixo 7 da RAPS, superando o modelo exclusivo de editais. Que as reflexões e experiências compartilhadas neste Fanzine sigam fortalecendo redes territoriais e ampliando os horizontes de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

QR Code com a cartilha completa que deu origem a esse Zine, para quem se interessar.



Editora K